



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALJEZUR

Acta da quinta sessão ordinária de 2007 da Assembleia Municipal de Aljezur

**

LOCAL: Sala de Sessões dos Paços do Município

DATA: 26 de Dezembro de 2007

INÍCIO: 20:35 horas

ENCERRAMENTO: 01:05 horas

*

CONSTITUIÇÃO DA MESA:

Maria de Lurdes Afonso Bento, Presidente

Licínia Mendes Rodrigues, Primeiro-Secretário

Manuel António Custódio Rosendo, Segundo-Secretário

MEMBROS PRESENTES:

António Manuel Guerreiro Lopes, Vítor Manuel da Encarnação Vicente, Amílcar Manuel Marreiros Duarte, José Carlos Pacheco da Silva, Manuel Alberto Santinho Cristo, Rosa Maria dos Santos Cigarra Rocha, Ana Maria Ferreira Santos, José António Duarte, José Manuel dos Santos Marreiros, Sérgio Manuel da Silva Santos, Fernando Manuel Costa Rosa

*

SUBSTITUIÇÃO DE MEMBROS:

Eliezer João Candeias, por Raul João da Silva

Johannes Alexander Schydlo, por Emanuel Marreiros Amaro de Jesus

Dionísio Manuel Nifro da Silva, por Manuel José Marques do Nascimento

*

VERIFICOU-SE A AUSÊNCIA DOS SEGUINTE MEMBROS:

Henrique Manuel Ramos Henriques e Francisco António Batista Ferreira

*

ABERTURA DA SESSÃO – Verificando-se a presença da maioria dos membros da Assembleia Municipal, a Senhora Presidente da Mesa, declarou aberta a sessão pelas 20:35 horas

SUBSTITUIÇÃO DE MEMBROS DA ASSEMBLEIA: – Foi lido o ofício da Junta de Freguesia de Rogil, número quatrocentos e vinte A, de vinte e um de Dezembro de dois mil e sete, enviando cópia do pedido de alteração da suspensão de mandato do Presidente da Junta de Freguesia, por um período de mais sessenta dias.-----

Em sua substituição, foi empossado o Senhor Raul João da Silva, portador do Bilhete de Identidade número dois milhões duzentos e sessenta e nove mil oitocentos e cinquenta e dois, emitido em dezanove de Outubro de dois mil, pelo Arquivo de Identificação de Faro.-----

Foi lido o mail do membro Dionísio Manuel Nifro Silva, de dezanove de Dezembro de dois mil e sete, informando que por se encontrar ausente do Concelho não lhe é possível estar presente na sessão, solicitando a sua substituição.-----

Em sua substituição, foi empossado o Senhor Manuel José Marques do Nascimento, portador do Bilhete de Identidade número nove milhões seiscentos e treze mil duzentos e treze, emitido em seis de Junho de dois mil e dois, pelo Arquivo de Identificação de Faro. -----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

PONTO NÚMERO UM

APROVAÇÃO DAS ACTAS DAS SESSÕES ANTERIORES: – Foi presente a acta da sessão ordinária realizada no dia vinte e oito de Setembro de dois mil e sete.-----

Foi presente a acta da sessão realizada no dia vinte e nove de Novembro de dois mil e sete.-----

A Senhora Rosa Cigarra chamou a atenção para o facto da acta que foi enviada estar incompleta.-----

O Senhor Amílcar Duarte referiu que inclusive tinha enviado o e-mail a alertar para a situação. Referiu ainda que aquando da aprovação dos assuntos, fique mencionado o que de facto está a ser aprovado.-----

Tendo-se verificado que ocorreu um equívoco no envio dos documentos, pela Senhora Presidente da Assembleia foi proposto que a actas fossem aprovadas na próxima sessão da Assembleia Municipal, o que mereceu a aprovação de todos os membros.-----

PONTO NÚMERO DOIS

LEITURA DO EXPEDIENTE, INFORMAÇÕES E ESCLARECIMENTOS: – Foi lida a seguinte correspondência, a qual se encontra arquivada em pasta anexa:-----

– de Deputados do Partido Comunista Português no Parlamento Europeu, ofício de vinte e nove de Agosto de dois mil e sete, acusando recepção da moção “Sobre a introdução de transgénicos no Algarve”, e enviam declaração de voto da deputada Ilda Figueiredo sobre “Produção biológica e etiquetagem dos produtos biológicos”.-----

– de Assembleia Municipal de Loulé, ofício número quatrocentos e trinta, de vinte de Setembro de dois mil e sete, acusando recepção da moção “Sobre a introdução de transgénicos no Algarve”.-----

– de Câmara Municipal de Aljezur, ofício número onze mil novecentos e trinta e três, de vinte e cinco de Outubro de dois mil e sete, enviando cópia da acta da reunião do Conselho Directivo da Terras do Infante – Associação de Municípios, realizada no dia dezassete de Setembro de dois mil e sete.-----

– de Câmara Municipal de Aljezur, ofício número onze mil novecentos e trinta e quatro, de vinte e cinco de Outubro de dois mil e sete, enviando cópia da acta da reunião da Junta Metropolitana, realizada no dia oito de Outubro de dois mil e sete.-----

– de Assembleia de Freguesia de Lagos – Santa Maria, ofício número

quatrocentos e um, de dezoito de Outubro de dois mil e sete, enviando moção sobre inclusão no próximo PIDDAC de projecto para uma nova localização do Hospital de Lagos.-----

– de Interface, informa a realização pela quarta vez, em trinta e um de Janeiro de dois mil e oito, os Encontros Autárquicos, dirigidos a quadros decisores das autarquias, empresas municipais e organismos governamentais de carácter regional.-----

– de Grupo Parlamentar “Os Verdes”, ofício número oitocentos e vinte e cinco, de vinte e nove de Novembro de dois mil e sete, informando que apresentou à proposta de PIDDAC para dois mil e oito, a inclusão do projecto de construção de um pequeno porto de abrigo no Portinho do Forno.-----

– de Câmara Municipal de Aljezur, ofício número doze mil cento e quinze, de trinta de Novembro de dois mil e sete, enviando acta da reunião de vinte e três de Outubro de dois mil e sete.-----

– de Câmara Municipal de Aljezur, ofício número doze mil oitocentos e onze, de dezasseis de Novembro de dois mil e sete, enviada acta da reunião realizada no dia treze de Novembro de dois mil e sete.-----

– de Câmara Municipal de Aljezur, ofício número doze mil seiscentos e sessenta e quatro, de treze de Novembro de dois mil e sete, enviando acta da reunião realizada no dia seis de Novembro de dois mil e sete.-----

PONTO NÚMERO TRÊS

OUTROS PONTOS EVENTUAIS PREVISTOS NO REGIMENTO: – A Senhora Rosa Cigarra disse que queria colocar uma questão ao Senhor Presidente da Câmara, que tinha a ver com a Via Algarviana, teve conhecimento deste assunto através da AMAL. Se sabe quais os concelhos que são parceiros na referida na Via, já são conhecidos alguns percursos turísticos, que vão de Alcoutim até Vila do Bispo. Nestes percursos irão ser apreciadas as características da serra algarvia, nomeadamente o turismo rural.-----

Pergunta porque é que o Concelho de Aljezur não está integrado neste projecto? Se houve alguma negociação? Se foi por convite e não foi possível Aljezur participar neste projecto? Se houve algum contacto, qual a razão para Aljezur não participar? Na sua opinião, considera que é uma pena, pois é uma iniciativa muito interessante, inclusive porque há uma certa ligação com outras vias do género em Espanha, com percursos internacionais, o que é de grande interesse turístico, principalmente para os Concelhos do interior. -----

O Senhor Presidente da Câmara disse que na fase inicial a Câmara de Aljezur não foi tida nem achada nesse assunto. Posteriormente, a autarquia foi contactada para o Concelho ficar incluído neste projecto, mas só a Bordeira. O percurso passava directamente de Monchique para a Bordeira. A Câmara decidiu que assim não estava interessada, pois o percurso deverá ser contínuo. Entretanto o assunto já foi de novo discutido e no Orçamento para o próximo ano já foi contemplada uma verba para esse efeito. -----

O Senhor Vítor Vicente quis manifestar o seu desagrado relativamente à data encontrada para a realização desta sessão, nomeadamente, por não respeitar o Regimento que diz que as sessões têm que ser realizadas à sexta-feira. E, depois, por fazer uma sessão com uma ordem de trabalhos desta importância, repleta de matérias tão importantes e com algum grau de dificuldade para analisar, precisamente no dia a seguir ao Natal. Sendo que a documentação foi entregue no final da semana transacta, coincidindo com a quadra natalícia, considera que seguramente não é a melhor altura para que as pessoas estejam com disponibilidade para estudar os assuntos, para poderem cumprir como desejam as funções que desempenham. Considera que foi inoportuna esta data, principalmente por ter uma Ordem de Trabalhos tão vasta e de tão grande

importância, contemplando entre outros, o Plano de Actividades e o Orçamento para o próximo ano, sobre o qual deverá ser feita uma séria e ponderada discussão e análise, juntando igualmente a Revisão do PDM, que é outro documento de capital importância para o Município de Aljezur e o projecto turístico para os Cabeços da Bordeira.-----

Disse que esta situação limita o cumprimento da missão dos membros da Assembleia, pela parte que lhe toca, são cerca de quinhentas páginas que teve que estudar, durante a quadra natalícia, documentos que incluem matérias técnicas que exigem grande ponderação para poderem ser convenientemente analisadas, pelo que admite não estar devidamente preparado sobre alguns dos assuntos que irão ser hoje discutidos. Por tudo isto, disse não poder deixar de manifestar aqui o seu desagrado. -----

Perguntou ainda o que é que se passa com os alvarás dos empreendimentos turísticos do Concelho, porque começou a constar-lhe que se avizinhava sérios problemas para o desenvolvimento dessas áreas. Nada consta nesta ordem de trabalhos, contudo gostaria de saber se alguma coisa se passa, ou se está tudo dentro do normal. -----

Para além disso, fez a seguinte intervenção que tem a ver com a sinalização e com a organização dos espaços:-----

“Muito embora as principais localidades do nosso Município não tenham características de grandes centros urbanos, tal facto não dispensa que exista sinalização e placas informativas, muito em especial para apoio de quem nos visita. Sem o propósito de apresentar um relato das principais lacunas, queria contudo alertar o Executivo Municipal para este facto, pois se sairmos das estradas principais, onde existem algumas placas informativas e entramos nas localidades, nomeadamente em Aljezur e quisermos regressar às mesmas, se não conhecermos o tecido urbano, queiram que as dificuldades são algumas, já para não falar no espaço rural onde a situação se agrava, inclusivamente pela ausência de pessoas a quem pedir informação.-----

Deixava apenas como exemplo a zona Este da Igreja Nova (Armazéns Municipais; Santa Casa; Cooperativa) quem pretender sair não encontra qualquer placa informativa. Situação idêntica se verifica em outras zonas que gradualmente se foram transformando em urbanas e não beneficiaram das necessárias adaptações, quer em sinalização para veículos, quer em passeios e passadeiras para segurança dos Cidadãos.-----

Considerando esta matéria de grande importância para a funcionalidade da nossa terra, qualidade de vida e segurança das pessoas, solicitava a melhor atenção do Executivo Municipal para a sua resolução.-----

Assembleia Municipal de Aljezur, vinte e seis de Dezembro de dois mil e sete.-----
Os Membros Eleitos do PSD.-----

Vítor Vicente, Rosa Cigarra e Ana Santos.”-----

A Senhora Presidente da Assembleia referiu que, em relação à data desta sessão, particularmente também não considera que seja a melhor data, no entanto, foi a possível. Há assuntos que vão ser hoje analisados que têm que ter seguimento ainda esta ano, como é o caso das alterações ao Orçamento e, como segunda-feira irá haver tolerância de ponto, se a sessão da Assembleia tivesse sido marcada para sexta-feira não iria ser possível esses assuntos terem seguimento dentro dos prazos legais, ou então os serviços não poderiam encerrar no dia trinta e um de Dezembro. -----

Esclareceu que, toda a documentação referente ao Orçamento já tinha sido enviada anteriormente via electrónica.-----

O Senhor Vítor Vicente e a Senhora Rosa Cigarra referiram também que alguma da documentação enviada por via electrónica não tinha sido possível abri-la

pelo que solicitaram que futuramente seja enviada num formato mais funcional. A Senhora Presidente da Assembleia disse que essa questão que tinha que ser estudada com os serviços informáticos, para encontrar uma solução para o envio de documentação de forma que todos possam aceder.-----

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu que, em relação ao Vale da Telha e ao Espartal, de facto verificou-se a intenção do Governo aplicar medidas preventivas para os dois loteamentos, tal como poderão verificar na cópia da deliberação de câmara agora distribuída e tomada em reunião realizada no corrente dia.-----

Disse que a situação não seria muito de estranhar em relação ao Vale da Telha, no entanto, estranhava sim em relação ao Espartal, pois nesse loteamento não vê nenhuma razão legal que possa justificar essa posição. O que é certo é que o Governo entendeu embargar algumas obras, e manifestar a intenção de embargar outras.-----

No entanto, também já levantou os embargos e avançou com as medidas preventivas. Esta situação não é nenhuma novidade, há vários anos que se falava na eventualidade da sua criação. Há uns anos atrás foi feita uma proposta que a Autarquia não aceitou, à qual fez uma contraproposta que até à data não foi dada resposta. Pelo caminho houve uma inspecção da IGAT, os processos foram enviados para Tribunal, o assunto tem andado embrulhado e agora este Governo retomou o processo, fazendo a proposta de aplicação de medidas preventivas.-----

Em relação ao Espartal, basicamente o que o Governo quer é que não se construa na faixa mais marginal do loteamento, mais concretamente naquele conjunto de lotes virado para o rio.-----

Em relação ao Vale da Telha, a proposta de medidas preventivas deixa espaço para construção em cerca de trezentos lotes. Deixando os restantes sujeitos a medidas preventivas, onde a Câmara não pode autorizar construções, excepto depois da aprovação de um plano de reconversão para o Vale da Telha. Nas outras áreas é autorizada a construção mediante parecer do ICNB.-----

SUBSTITUIÇÃO DE MEMBROS DA ASSEMBLEIA: – Foi lido o ofício do membro Johannes Alexander Schydlo, de dezassete de Dezembro de dois mil e sete, informando que por se encontrar ausente do país não lhe é possível comparecer na presente sessão, solicitando a sua substituição.-----

Em sua substituição, foi empossado o Senhor Emanuel Marreiros Amaro de Jesus, portador do Bilhete de Identidade número seis milhões, oitocentos e trinta e nove mil setecentos e dezassete, emitido em três de Outubro.-----

O Senhor Vítor Vicente perguntou se, em locais onde se possa construir, os processos têm que ser sempre enviados ao ICNB para parecer?-----

O Senhor Presidente da Câmara respondeu que sim mas, segundo informação que tem, é apenas para ser verificada a conformidade com o Regulamento Municipal, o que considera um exagero, isso pode a Câmara fazer. Mas é para justificar a consulta, pois o ICNB sempre insistiu que, dentro da área do Vale da Telha e do Espartal, a Câmara tinha que consultar o ICNB, coisa que a autarquia nunca fez.-----

O Senhor Vítor Vicente referiu que estava em causa uma série de lotes, com direitos adquiridos, que pagam contribuição autárquica como prédios urbanos. -

O Senhor Presidente da Câmara disse que em relação aos direitos adquiridos, o Governo considera que essa é uma situação para ser discutida, dando como exemplo uma situação recente, em que pessoas que compraram lotes no Vale da Telha e que puseram a Câmara e o Estado em Tribunal, exigindo uma indemnização, dado que não lhes foi autorizado construir e o Tribunal não lhes deu razão.-----

O Senhor Vítor Vicente disse não querer sobrecarregar mais a ordem de trabalhos e o documento agora distribuído, possivelmente, trará mais alguma informação acerca do assunto.-----

O Senhor Presidente da Câmara disse que esse era um assunto que a Autarquia está a tentar esgrimir, no sentido de tentar encontrar a solução mais favorável. Porque continua pendente a decisão do Tribunal em relação ao Vale da Telha e, a eventualidade do Tribunal declarar nula a licença do Vale da Telha. Situação que seria muito mais complicada e radical que a aplicação das medidas preventivas. Se for declarada a nulidade do processo, nesse caso a Câmara não pode autorizar absolutamente nada.-----

Referiu ainda que o Tribunal de Loulé tinha proposto o arquivamento do processo, mas superiormente foram dadas ordens para prosseguir para a declaração de nulidade. Considera estranho que, o Ministério Público proponha o arquivamento do processo e, haja uma entidade superior que conteste, e mande prosseguir o mesmo para a declaração de nulidade.-----

O Senhor Vítor Vicente perguntou qual tinha sido essa entidade superior?-----

O Senhor Presidente da Câmara disse não saber, mas que terá sido a entidade superior ao Tribunal Administrativo de Loulé.-----

A Senhora Rosa Cigarra referiu que superior ao Tribunal Administrativo de Loulé, só poderá estar o Procurador-Geral da República.-----

O Senhor Presidente da Câmara disse que esta é uma situação muito complicada, a autarquia encontra-se entre uma proposta do Governo, de aplicação de medidas preventivas que considera demasiado apertadas e está a tentar alargar um pouco mais. Por outro lado, está a tentar acordar com o Governo que o plano de reconversão se faça rapidamente e sem grandes obstáculos, no caso do Tribunal vir a declarar a nulidade, essa situação esteja sanada com um novo plano de reconversão.-----

O Senhor Amílcar Duarte perguntou se o Espartal também estava sujeito a uma declaração de nulidade?-----

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu que o Tribunal de Loulé nunca pediu processos referentes ao Espartal, apenas do Vale da Telha. No entanto, quando enviou a resposta à Câmara sobre o Vale da Telha disse que ia prosseguir com a acção para a declaração de nulidade sobre o Vale da Telha e outros loteamentos em situação idêntica. Disse ainda não saber ao certo a que é que o Tribunal se referia. No entanto, e o que é certo, é que em dois mil e quatro, o Governo enviou para Tribunal os processos não só do Vale da Telha, como também os processos do Espartal e Vila Rosalinda.-----

O Senhor Amílcar Duarte perguntou qual tinha sido a fundamentação que foi dada?-----

O Senhor Presidente da Câmara respondeu que fundamentaram o caso do Vale da Telha como sendo um processo de natureza ilegal. Do ponto de vista legal, não há grandes dúvidas de que, se o Tribunal pegar naquele processo à séria declara-o nulo.-----

Em relação ao processo da Vila Rosalinda, também não há dúvidas. Neste caso a Câmara quis legalizar o processo, mas quando o tentou fazer, o promotor não deu resposta a tudo o que era necessário, nomeadamente à prestação de caução e o processo parou.-----

Relativamente ao Espartal já há muitas dúvidas.-----

Referiu ainda o facto de, no Vale da Telha existirem centenas de lotes que nunca foram licenciados pela Câmara Municipal e que, no entanto, foram vendidos, escriturados e registados, com um alvará que não existia. Pois um alvará de mil novecentos e setenta e sete não pode servir para fazer escrituras de lotes criados nos anos de mil novecentos e oitenta e um e mil novecentos e oitenta e três, que

foi o que aconteceu no caso dos Sectores de duas letras. -----
A Senhora Rosa Cigarra disse que depois, em contrapartida, surgem situações de casas construídas na década de oitenta, que não se conseguem registar, que existem casas no Vale da Telha que foram construídas, têm licença de utilização, têm cadernetas, pagam impostos. Enfim têm tudo menos registo.-----
O Senhor Presidente da Câmara disse que essa situação deve ter a ver com o facto das construções terem sido feitas em lotes que não estavam registados. Pois, no Vale da Telha, existem casas construídas em lotes que não foram aprovados pela Câmara Municipal. -----
A Senhora Rosa Cigarra referiu ainda uma situação sobre a qual tem algumas dúvidas e que diz respeito aquela situação em que houve uma autorização da Câmara para repartir lotes que eram grandes, em dois, lotes que não têm artigo das Finanças. Logo, com que base é que esses lotes foram criados?-----
O Senhor Presidente da Câmara disse que era a esses casos que se estava a referir, que foi para a criação desses lotes que não houve autorização da Câmara. Esclareceu também que o alvará do Vale da Telha não identifica os lotes, não refere confrontações nem a área dos lotes, diz apenas que são mil e tal lotes de terreno. Coloca-se a questão de como é que é foi possível um notário fazer a escritura de lotes, com um alvará que não os identifica. Possivelmente, fez a escritura com um mapa ao lado, que eventualmente teria um carimbo da Câmara a dizer “aprovado”. Seguidamente, e com base nisso, começaram a ser feitos todos esses negócios. E ao mesmo tempo curioso, que foram feitas milhares as escrituras e feitas pelo mesmo notário.-----
O Senhor Vítor Vicente perguntou se alguma vez a Câmara aprovou um projecto para construção num lote que não tenha sido aprovado pela autarquia?-----
O Senhor Presidente da Câmara disse que desde que está na Câmara isso nunca aconteceu, mas antes essa situação era frequente. Principalmente em lotes de duas letras, os que foram divididos.-----
A Senhora Presidente da Assembleia sugeriu que, depois de ser lido e analisado o documento distribuído no início da sessão pelo Senhor Presidente da Câmara, fosse feita uma sessão extraordinária para discussão das medidas preventivas a aplicar pelo Governo. Pois é muito importante a Câmara e a Assembleia tomarem uma posição sobre este assunto, que compromete o desenvolvimento do nosso Concelho. -----
O Senhor Vítor Vicente disse que é uma situação com carácter de urgência, pois considera que esta situação para além de penalizadora também é ofensiva. -----
O Senhor Amílcar Duarte em relação à data disse apenas sublinhar o que foi dito pelo Senhor Victor Vicente. Disse lamentar o facto de alguns assuntos de elevada importância terem que ser analisados à pressa, devido ao seu carácter de urgência, pois coloca os membros da Assembleia numa situação complicada, em que não têm o tempo devido para apreciar os documentos enviados tão em cima da hora.-----
Em relação ao Vale da Telha, disse concordar com o facto de que os pormenores terem de ser vistos e analisados calmamente, e posteriormente ser marcada outra sessão para discutir este assunto. -----
Dada a importância do Vale da Telha, disse que de facto já foi referido várias vezes, e desde há muito tempo, ser necessário fazer um plano de reconversão para aquela zona. Que já foi solicitado várias vezes que fosse contemplada, em Orçamento de Estado, uma verba para esse plano. Referiu ainda que, obviamente, que houve muita coisa mal feita em relação ao Vale da Telha. No entanto, essas coisas também são da responsabilidade do Estado, no seu todo, e não da Autarquia em particular. Há que assumir isso.-----
Perguntou se havia alguma perspectiva de haver algum financiamento para

a requalificação do Vale da Telha?-----
Relativamente a outros assuntos, perguntou quais as perspectivas que poderia haver para aquando da realização de algumas festas do Concelho, nomeadamente as do dia do Município, a Câmara convidar bares ou cafés para poderem trabalhar no recinto das festas, visto que o que normalmente acontece é que, muitas das vezes, o serviço de bar é claramente insuficiente para servir as pessoas que estão no recinto.-----

Em relação ao Festival da Batata-Doce, perguntou qual a forma como são seleccionados os restaurantes e quais os critérios para a participação desses restaurantes no Festival? Sendo que, considera que essa selecção deve ser feita no sentido de haver uma promoção do Município, não querendo dizer com isto que quem lá está, está a ser privilegiado.-----

O Senhor Presidente da Câmara referiu que, em relação à perspectiva de haver algum financiamento para a requalificação do Vale da Telha, essa é uma questão que a Câmara vai suscitar neste momento. No entanto e à partida não há nenhuma porta aberta.-----

Em relação às festas do Feriado Municipal, nomeadamente, quanto ao facto do bar não ter capacidade de funcionamento, referiu que foi a primeira vez que a festa teve lugar naquele recinto, houve algumas alterações, talvez por isso as coisas não tenham corrido tão bem como em anos anteriores. Quanto ao facto de a Câmara vir a convidar bares para explorarem o bar do recinto, até o pode fazer. No entanto e numa situação dessas, é de opinião convidar Associações locais para esse efeito.-----

Quanto à selecção dos restaurantes para participarem no Festival da Batata-Doce, referiu que, a maior parte das vezes, a Câmara é que anda atrás deles para participarem. Basicamente, são convidados os que se encontram disponíveis para estarem lá a funcionar. Nos primeiros anos, a Câmara de facto convidou alguns restaurantes que tinham já algum nome na praça, também para incentivarem os visitantes. Depois esses deixaram de querer participar e passaram a cooperar outros. Mas como está à vista, nem sempre são os mesmos. Precisamente por alguns não estarem interessados em voltar a participar, a Câmara tem passado a dar mais privilégio às Associações e às Tasquinhas.-----

O Senhor Amílcar Duarte disse que não tinha sido sua intenção dizer que alguém estava a ser privilegiado, pois sabe que estar ali a participar dá muito trabalho. Referiu ainda que, estar ali presente deve ser um acto de promoção do restaurante obviamente, mas sobretudo um acto de promoção do Município de Aljezur.-----

A Senhora Ana Santos, apesar de saber que a obra não é da responsabilidade da Autarquia, disse querer chamar a atenção para as obras de remendagem que estão a ser feitas na Estrada Nacional cento e vinte, pois estão péssimas. Disse que os responsáveis deveriam ser alertados para as condições em que as mesmas estão a ser feitas e para o perigo a que sujeitam os automobilistas. Seria suposto ser uma melhoria das vias de comunicação, tornou-se perigoso.-----

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu que essa situação já foi exposta pessoalmente ao Director de Estradas, aquando da sua recente passagem por Aljezur.-----

O Senhor António Lopes disse que a Câmara gastou algum dinheiro com a iluminação natalícia e qual não foi o seu espanto quando poucos dias antes do Natal encontrou o Largo da Igreja Nova completamente às escuras.-----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

PONTO NÚMERO UM

APRECIACÃO E VOTAÇÃO DO PROJECTO DE ALTERAÇÃO AO PLANO

DIRECTOR MUNICIPAL: – Pela Mesa foi lida a certidão da deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião de vinte de Dezembro dois mil e sete, que acompanhava o respectivo documento, os quais ficam arquivados em pasta própria.-----

O Senhor Presidente da Câmara disse que já tinha sido explicado na última sessão que a alteração ao PDM ocorre por adaptação, ou seja, pela necessidade de conformar o PDM com um novo instrumento de ordenamento do território, que é o Plano Regional de Ordenamento do Território. Segundo a própria resolução do conselho de ministros, essa alteração incide basicamente sobre três questões: a edificação em solo rural, as unidades hoteleiras isoladas e sobre os núcleos de desenvolvimento turístico. Esta última é uma nova figura que surge sobre a forma de concurso, ou seja, os PDM's deixam de ter marcado no seu território áreas de aptidão turística e, quando o Município entender, faz um concurso para a criação de núcleos de desenvolvimento turístico, isto segundo o que o PROT determina.-----

A diferença que existe na proposta da Câmara é que, para a criação dos núcleos de desenvolvimento turístico, tenha que haver uma área mínima de setenta hectares, ou seja, o que a Câmara propõe é que na área do Município de Aljezur seja tudo igual, enquanto o PROT propunha áreas diferentes, nomeadamente, para zonas dentro do Parque Natural – setenta hectares e, para zonas fora do Parque Natural – vinte hectares. O que a Câmara pretende com esta proposta é conseguir mais qualidade nos projectos. Tudo o resto é igual ao que está no PROT.-----

Quanto à edificação em solo rural, há duas questões, uma que é a proibição. O anterior PROT dizia que a edificação dispersa era proibida, salvo excepções, por razões ponderosas, e foi isso que foi transcrito para o PDM. Agora o PROT diz que a edificação em solo rural é proibida, excepto aquilo a que chamam edificação isolada.-----

Em relação às unidades hoteleiras isoladas, é uma figura que já estava prevista, mas não muito explícita e, agora, o PROT determina que para Aljezur há quinhentas camas destinadas a este tipo de unidades hoteleiras isoladas. Nestas camas não se incluem as camas de turismo rural, nem de turismo de natureza, nem de turismo de habitação. A área mínima para a construção de uma unidade hoteleira isolada, são cinco hectares e a densidade máxima é de doze camas, por hectare e o máximo de trezentas camas.-----

Em relação às obras de conservação, alteração e ampliação de construções existentes, o regime é o mesmo que consta no PROT, sem alteração alguma e, a área máxima permitida são de trezentos metros quadrados, ou seja, se uma construção tiver duzentos metros quadrados, só pode ampliar até trezentos metros quadrados, para fins habitacionais. Para turismo rural, pode ir até aos mil e quinhentos metros quadrados. Basicamente são estas as alterações que foram feitas.-----

O Senhor Vítor Vicente disse começar, mais uma vez, por confessar que não teve oportunidade de estudar o documento como pretendia. Daí ter algumas perguntas em relação a este assunto.-----

Disse que na sessão anterior já tinha tido a oportunidade de expressar os seus pontos de vista. Contudo, queria agora reforçá-los em sede de discussão do documento. Disse que embora possa discordar, sabe que o PDM tem que ser adaptado ao PROT – Algarve, por mais que custe em alguns aspectos. Mas pensa também que devem ser aproveitadas ao máximo as limitadíssimas margens de manobra que este nos deixa. Portanto, dentro deste princípio, entende que a adaptação deve ser feita para o bem e para o mal, quase toda ela é em termos

restritivos, mas naquilo que era possível alargar, julga que se deveria de alargar. Em relação aos núcleos de desenvolvimento turístico, não percebe porque se vai optar pela área mais restritiva dos setenta hectares, pois dentro do Parque teria que ser assim. Mas, não vê particular interesse em não se manter os vinte e cinco hectares que o PROT permitia para fora do Parque. Naturalmente, salvaguardando sempre a não aprovação dos projectos que fossem considerados não ter condições. Pois pensa que, dentro dos vinte e cinco hectares, alguns projectos de qualidade e com condições poderiam eventualmente surgir. O facto de ser só vinte e cinco hectares, não obrigava a que tivesse que ser tudo aprovado, mas eventualmente poderia possibilitar adquirir mais algum investimento, que é fundamental para o Município, tanto mais no quadro que é cada vez mais restritivo com que nos deparamos.-----

Por outro lado, disse repetir que não entende porque razão, no caso das habitações dos agricultores só ser permitidas construções até aos trezentos metros quadrados, se o PROT permite ir até quinhentos metros quadrados, o que daria maior margem de manobra. -----

Em relação às áreas florestais, nomeadamente quanto aos critérios, perguntou se, se considera construção toda a área, ou, se são apenas consideradas as construções dentro dos limites? Pois se for considerada toda a área, os seiscentos metros quadrados previstos é pouco. -----

O Senhor Presidente da Câmara disse que este ponto não tinha sofrido qualquer alteração, é apenas a transcrição do que já estava previsto no PDM. -----

O Senhor Vítor Vicente perguntou se o actual PROT não permitia adaptar esta situação?-----

O Senhor Presidente da Câmara disse que pensa que não. Que o que foi retirado foi a possibilidade de haver construções, pois nas áreas florestais podiam haver construções que passaram para outro artigo, mantendo-se neste apenas alguns tipos de construção sem fins habitacionais. -----

O Senhor Vítor Vicente disse ficar com o receio do próprio Município não cumprir com o PDM que está a tentar aprovar, se o campo de futebol tem que ser feito na zona desportiva, mas como ainda não está feito e já ouviu dizer que se calhar tem que ser feito noutra local, possivelmente ficará em contraponto com o PDM. -----

O Senhor Presidente da Câmara disse que o que está neste PDM é precisamente o mesmo que constava no anterior, uma vez que não houve nenhuma alteração neste ponto.-----

O Senhor Vítor Vicente referiu que, para terminar, voltava a dizer que considerava não estava a ser devidamente aproveitada a margem de manobra, já bastante limitada, que o PROT – Algarve nos dá. -----

O Senhor Amílcar Duarte, relativamente à edificação isolada, perguntou se a área mínima de cinco hectares refere-se a uma propriedade com o mesmo artigo, pois para o tipo de propriedade que existe no nosso Município e até mesmo para o tipo de estrutura fundiária que temos, isto é muito difícil de aplicar. Normalmente o que se verifica é uma propriedade constituída por vários artigos. Prédios de cinco hectares é difícil de encontrar no Município de Aljezur. Assim, perguntou se existe alguma margem de manobra que permita, no caso de uma construção para residência de um agricultor, conjugar a área de vários prédios dentro da mesma propriedade, para efeitos de construção.-----

O Senhor Presidente da Câmara disse que isso não é permitido. Esse foi um dos assuntos que foi discutido na altura da elaboração do PROT. A propriedade tem que ter cinco hectares e, não, a pessoa ter vários prédios que no total tenham cinco hectares.-----

A Senhora Presidente da Assembleia disse que uma situação frequente é o facto

de uma pessoa ser proprietária de vários prédios contíguos e pedir a sua anexação, é muito mais difícil desanexar do que o inverso.-----

O Senhor Amílcar Duarte, em relação aos usos dominantes do território, chamou a atenção para o facto de que os usos dominantes, nem sempre são os mais aconselhados.-----

Perguntou ainda o que é que vai acontecer com o espaço da Vila Rosalinda? Verificou que aquele espaço é uma ZOT que desaparece do PDM. Obviamente que aquele é um espaço que chegou a um ponto de degradação que já não tem retorno, mas pelo menos que haja a viabilidade de proceder à limpeza do mesmo, com vista ao desaparecimento daquele mamarracho que se encontra à entrada do Rogil.-----

O Senhor Presidente da Câmara disse que o que desaparece no PDM não é a Vila Rosalinda, mas sim a designação de unidade operativa de gestão, onde era feito um plano, que agora não permitem. Essa designação, que é um termo técnico, também desaparece em relação ao Vale da Telha, no entanto não desaparece a ZOT do Vale da Telha.-----

Relativamente à limpeza do espaço da Vila Rosalinda referiu que esse assunto está a ser ponderado. Pois o Senhor Secretário de Estado do Ambiente queria vir cá fazer um número com a demolição da Vila Rosalinda, mas disse-lhe que isso era um assunto a negociar.-----

O Senhor Amílcar Duarte perguntou se a questão do número máximo de pisos ser um só, não poderia ter sido alterada.-----

O Senhor Presidente da Câmara respondeu que este artigo está igual ao que constava no anterior PDM. Eventualmente o número máximo de pisos, poderia ser de dois, no entanto, não vê qualquer utilidade, em termos de ordenamento do território.-----

O Senhor Amílcar Duarte disse que a questão é dizer explicitamente “não sendo permitido pisos enterrados ou semienterrados”. Disse que não se estava a referir à questão da altura, mas sim a situações que surgem às vezes, em que não sendo possível fazer pisos semienterrados, torna-se necessário fazer um aterro muito grande, para permitir construir uma casa toda no mesmo piso.-----

O Senhor Presidente da Câmara disse que isso depende do arquitecto que fizer o projecto, independentemente do declive só o faz se quiser. E caso o terreno seja assim tão inclinado, tem sérias dúvidas que este seja adequado para construção. Disse ainda querer sublinhar que, a importância desta matéria no actual contexto do PROT não é assim tão significativa como parece. Estamos a falar de construção que basicamente vai ser proibida. A existência dessas construções que aqui se está a esgrimir, se fica semienterrada, se tem quinhentos metros quadrados ou se tem trezentos metros quadrados, é uma situação hipotética. Porque na generalidade ela vai ser proibida.-----

A Senhora Rosa Cigarra disse que então é uma perda de tempo, estarem a ler e analisar estes documentos. Se vai ser proibido, então que seja já. Pois assim só se está a criar expectativas nas pessoas, que depois não vão ter possibilidades de construir nessas condições.-----

O Senhor Vítor Vicente disse que sinceramente não percebe, sobretudo quando o Senhor Presidente diz que vão ser proibidas situações que, devemos lutar para que elas não sejam proibidas.-----

O Senhor Presidente da Câmara perguntou ao Senhor Victor Vicente porque é que *temos* de lutar, porque razão estava a utilizar o verbo no plural.-----

O Senhor Vítor Vicente disse que efectivamente já tinha percebido que o Senhor Presidente não está disponível para lutar sobre estas matérias. Pessoalmente continua a considerar que o sector primário, a agricultura tem importância e que se deve criar condições para isso, nomeadamente no aspecto que o Senhor

Amílcar Duarte já referiu, em que no turismo pode haver pisos semienterrados e também pode haver dois pisos. Disse que, também acha que se deve preservar o espaço rural e que não se deve construir em altura, mas em alguns casos e sem prejuízo, considera que se deve aproveitar os declives e construir pisos semienterrados, que eventualmente poderão ser aproveitados para caves. Pensa que o PROT permite que haja habitação isolada, desde que haja actividade agrícola e desde que o agricultor lá resida.-----

O Senhor Presidente da Câmara alertou para o facto de que não era isso que constava no PROT, logo era melhor ler correctamente o que diz o documento. Não vamos dizer que é permitido desde que esteja lá o agricultor e desde que haja actividade agrícola.-----

O Senhor Vítor Vicente leu o artigo em que constava o seguinte: "*integrar-se numa exploração agrícola ou agro-florestal sustentável comprovada por declaração emitida de entidade competente em razão da matéria, excepto no caso do turismo*". Logo, o que disse anteriormente, integra-se no que acabou de ler.-----

O Senhor Presidente da Câmara referiu que o Senhor Victor Vicente tinha dito "*o agricultor se tiver uma exploração agrícola*", mas o que tinha acabado de ler era outra coisa. Que não bastava ter actividade agrícola, mas sim, uma actividade agrícola sustentável comprovada por entidade competente. E nestes casos a terminologia das palavras é importante.-----

O Senhor Vítor Vicente disse que não tinha dito nada contrário a isso, tal como deve estar gravado. Que se estava a referir a agricultores, a empresários agrícolas que tenham actividade agrícola sustentável, que façam disso a sua vida. Era esse o espírito da sua intervenção.-----

O Senhor Presidente da Câmara voltou a referir que não era isso que estava escrito, por isso não deveria repetir o mesmo.-----

O Senhor Vítor Vicente perguntou ao Senhor Presidente da Câmara se considerava que tinha dito algo diferente daquilo que tinha acabado de ler, ao que este respondeu afirmativamente. Logo disse discordar em absoluto, porque o espírito do que tinha dito era, exactamente, igual ao que tinha lido. Disse ainda, tê-lo feito de forma construtiva, para que este regulamento, dentro do realizável se adapte o melhor possível à realidade do nosso Município, na sua perspectiva. E, é a sua perspectiva que, aqui, tem que defender e, a qual não abdica por nada, pois é fiel aos seus princípios. E um dos seus princípios é que considera que, deve haver condições para se poder trabalhar e viver e, fazer do campo uma actividade.-----

O Senhor Presidente da Câmara perguntou onde é que a Câmara, ao apresentar esta proposta, está a dizer que não há condições para isso. Só por não permitir quinhentos metros para a habitação de um agricultor?-----

O Senhor Vítor Vicente referiu que o Senhor Presidente da Câmara tinha dito há pouco que não valia a pena ele se chatear, porque isso ia ser proibido. Logo aí tinham uma divergência de fundo: pois o Senhor Presidente está só à espera que isto seja proibido, enquanto ele está à espera que não chegue a ser proibido e, pelo contrário, se adapte à realidade.-----

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu que as alterações aos PDM's, fazem-se basicamente por duas razões: por adaptação a um novo plano de ordem superior que então saiu, ou então, fazem-se por outra questão, da evolução das condições económicas, sociais, culturais e ambientais que estão subjacentes.-----

Referiu que, em mil novecentos e noventa e quatro/ mil novecentos e noventa e cinco, o Senhor Vítor Vicente se não era Vereador era membro da Assembleia Municipal, uma vez que é com agrado que se tem verificado que tem mantido uma presença quase assídua, ou na Câmara, ou na Assembleia Municipal. Nessa

altura foi aprovado o PDM, que diz que a área máxima de construção para habitação em solo rural, é de trezentos metros quadrados, o número máximo de pisos é um. Nessa altura não viu onde é que o princípio, que hoje não quer abdicar, existia nessa altura. E não viu desde essa altura, até hoje, qualquer alteração de condições económicas, sociais, culturais e ambientais, que justifiquem que, um PDM que permite trezentos metros quadrados de área máxima de construção para habitação, tenha agora que ter quinhentos metros quadrados.-----

Referiu que o PROT é um plano regional, portanto trata o território, basicamente com algumas “nuances”, quase todo por igual. O que se tem que “beber” desses planos, não é tudo o que lá vem, mas sim aquilo que se adapta à realidade do nosso território.-----

Terminou dizendo que, coerência é explicar porque é que só no final de um período, de cerca de doze anos, se chegou agora à conclusão que temos a necessidade de passar de trezentos para quinhentos metros quadrados, de área máxima de construção. -----

O Senhor Vítor Vicente referiu que não adianta continuar a discutir esta questão, pois está expressada aqui a opinião de cada um. Salientou ainda que, efectivamente tem que reconhecer que é coerência da parte do Senhor Presidente da Câmara, reconhecer que nos últimos vinte anos as condições socio-económicas das gentes desta terra não se alteraram. -----

O Senhor Presidente da Câmara referiu que era preferível manter o diálogo no ponto da seriedade, pois caso contrário, não vale a pena continuar a discutir este assunto. Disse que, o que tinha perguntado ao Senhor Vítor Vicente é que explique quais foram as condições económicas, sociais, culturais e ambientais, que se alteraram no nosso Município e que justifiquem, agora, passar de trezentos para quinhentos metros quadrados. -----

O Senhor Vítor Vicente disse que o panorama agrícola está em fase de alteração, tem sofrido grandes alterações nos últimos anos, que os tempos actuais estão naturalmente diferentes e que se justifica perfeitamente adaptar o PDM às situações agrícolas actuais.-----

O Senhor Amílcar Duarte disse não querer entrar em diálogo, que considera que as posições são diferentes em alguns aspectos. Em relação aos trezentos metros quadrados concorda com a área, em relação aos pisos, lamenta que realmente não tenha havido a alteração, nomeadamente especificando que os pisos enterrados e semienterrados eram proibidos. Se entendeu bem o que o Senhor Presidente da Câmara referiu, efectivamente haverá alguma razão quando ele disse que serão poucos os agricultores que irão propor este tipo de construção. De qualquer forma, relativamente ao número de pisos, teria sido bom alterar porque os planos, por muito poucos que sejam os casos que possam surgir, os regulamentos e os planos deverão estar precisamente preparados para encaixar aquilo que sejam as realidades que venham a surgir. Nesse aspecto considera que o PDM não fica preparado para essas eventuais situações. -----

O Senhor Presidente da Câmara disse considerar importante frisar, ainda no que respeita a esta matéria. Disse que naturalmente deve ter havido algum lapso na aprovação do PROT, porque se por um lado diz que as edificações rurais, novas, poderão ir até quinhentos metros, nas ampliações diz que só pode ir até trezentos metros. A questão que se coloca aqui, de alguma coerência de ordenamento e até de justiça, é a seguinte: “se eu tenho uma construção no espaço rural, que tem duzentos metros quadrados e a quero aumentar para quatrocentos metros, não posso, segundo o PROT, porque o máximo é de trezentos metros quadrados. Mas, se eu não tenho nenhuma, posso construir uma com quinhentos metros quadrados”. O que de facto é de uma injustiça

tremenda. E não seria ele, o Presidente da Câmara que se pudesse lavar com a água que quisesse, que iria dizer às pessoas que tinham uma casa de duzentos metros e não podiam aumentar para quatrocentos metros, mas o vizinho que não tinha nenhuma casa, podia construir uma de quinhentos metros. É isto que o PROT diz mas, é isto que não gostava que acontecesse no Município de Aljezur. Posto à votação, o projecto de alteração ao Plano Director Municipal, foi aprovado por maioria, com os votos a favor do membros Lurdes Bento, Licínia Rodrigues, Manuel Rosendo, António Lopes, José Carlos Silva, Manuel Cristo, José Marreiros, Sérgio Santos, Fernando Rosa, Raul Silva e José Duarte, votos contra dos membros Vítor Vicente, Rosa Cigarra e Ana Santos, abstiveram-se os membros Manuel Nascimento e Amílcar Duarte.-----

DECLARAÇÃO DE VOTO DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA:-----

“Muito embora o tempo que mediou a disponibilizar a documentação para esta Assembleia e a data imprópria da sua realização, (em plena quadra natalícia), se revelar insuficiente para o estudo e análise de matéria de tão grande importância, é possível identificar alguns aspectos que consideramos lesivos dos interesses do Município, pelo que não podemos aprovar o presente Plano, que não só incorpora as orientações superiores do PROT Algarve que nos obrigam a respeitar, como inclusivamente não aproveita ao máximo a curtíssima margem de manobra que o referido Plano Regional nos impõe, razão pela qual manifestaremos a nossa discordância votando contra.-----

OS eleitos do PPD/PSD.-----

Vítor Vicente, Rosa Cigarra e Ana Santos”-----

INTERVALO: – Foi pela Senhora Presidente da Mesa proposto, e aceite pela Assembleia, um intervalo de quinze minutos.-----

REINÍCIO DOS TRABALHOS: – Reiniciados os trabalhos, verificou-se a presença de todos os membros.-----

PONTO NÚMERO DOIS

APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO PLANO DE PORMENOR DO NÚCLEO DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO DOS CABEÇOS DA BORDEIRA: – Pela Mesa foi lida a certidão da deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião de vinte de Dezembro dois mil e sete, que acompanhava o respectivo documento, os quais ficam arquivados em pasta própria.-----

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu que o facto da Assembleia Municipal ter sido marcada para hoje, deve-se a este assunto. Porque este Plano de Pormenor resulta ainda da aplicação do sistema de aptidão turística do PDM em vigor, antes do novo PROT e, o que ficou determinado é que os Planos de Pormenor que estavam a ser elaborados e já numa fase avançada, não teriam que respeitar o novo PROT se fossem enviados para publicação em Diário da República antes do final do corrente ano. Portanto, se este assunto fosse aprovado na sexta-feira, não seria possível enviar para publicação antes do final do ano, daí a necessidade de ser analisado hoje.-----

Este Plano de Pormenor diz respeito aos Cabeços da Bordeira, que é uma propriedade com cerca de cinquenta hectares, composta por um lote para a construção de um hotel, um lote para a construção de uma zona de recepção do empreendimento, tem trinta e cinco lotes para moradias turísticas, um lote para zona de equitação e uma piscina biológica. -----

O Senhor Vítor Vicente disse que não tendo tido oportunidade de ler as duzentas e trinta e seis páginas que compõem este processo, tem algumas dúvidas, em relação ao regulamento onde refere que é alterado o PDM de Aljezur em duas questões, relativamente ao número de camas e aos afastamentos mínimos. Pelo que perguntou se estas alterações estão perfeitamente assumidas e enquadradas.-----

O Senhor Presidente da Câmara disse que sim e que se encontravam sancionadas pela CCDR. Disse ainda que a questão que ficou em relação ao número de camas, tem a ver com o facto de que as áreas de aptidão turística do PDM, tinha um número de camas muito reduzido. Para este caso concreto, estavam previstas cem camas. O que foi considerado foi que, como não se esgotaram as quinhentas camas, das unidades hoteleiras isoladas que estavam previstas no PDM, foram incluídas neste projecto, para conseguir cumprir minimamente o projecto que o promotor queria apresentar.-----

O Senhor Amílcar Duarte perguntou se este projecto vai ser implantado numa propriedade só, ou se são vários proprietários.-----

O Senhor Presidente da Câmara disse que no meio desta propriedade existiam mais duas, que entretanto o proprietário negociou.-----

O Senhor Amílcar Duarte perguntou se tratando-se de um Plano de Pormenor é uma iniciativa da Câmara? E, se, sendo uma iniciativa da Câmara faz coincidir com um prédio de um único proprietário?-----

O Senhor Presidente da Câmara referiu que foi uma iniciativa da Câmara, feita com base num protocolo com o proprietário do terreno.-----

O Senhor Amílcar Duarte perguntou se não haverá aqui o facto de poder estar a beneficiar um proprietário em detrimento de outros proprietários da zona, que poderiam também beneficiar de alguma forma?-----

O Senhor Presidente da Câmara disse que esta é a única propriedade da zona que tem dimensões para implementar este projecto.-----

O Senhor Amílcar Duarte disse que a Câmara ao fazer um PDM podia abranger várias propriedades.-----

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu que a área de aptidão turística não abrange unicamente os Cabeços da Bordeira, pois abrange igualmente outros terrenos.-----

O Senhor Amílcar Duarte voltou a dizer que ao ser um Plano de Pormenor é da iniciativa da Câmara, mas o que é estranho é ser um Plano de Pormenor que incide sobre uma propriedade de uma única pessoa. Se isto fosse uma proposta de um promotor que promove um plano de urbanização seria uma situação diferente.-----

O Senhor Presidente da Câmara explicou que foi uma proposta de um proprietário que propôs à Câmara o desenvolvimento de um projecto turístico para o local. A Câmara fez um protocolo, no sentido do promotor suportar o pagamento do Plano de Pormenor.-----

O Senhor Amílcar Duarte disse que assim já compreendia, já que era uma iniciativa da Câmara, mas paga pelo promotor. Esclareceu ainda que teve alguma dificuldade em se inteirar da situação, visto só ter recebido os documentos hoje e não ter conhecimento que este assunto estava na Ordem de Trabalhos. Assim sendo, disse não ter condições para se pronunciar sobre o assunto em causa.-----

Não entende porque a Câmara não desenvolveu mais nenhum Plano de Pormenor, daqueles que poderia ter desenvolvido, durante todos estes anos, em relação a zonas onde era permitido fazê-los, desenvolveu apenas este, que é pago por um promotor. Portanto a Câmara surge aqui a fazer parte de um negócio privado. Pelo que perguntou se o Senhor Presidente da Câmara pode explicar melhor quais são os interesses da Câmara e se os interesses do Município estão salvaguardados, ou não.-----

O Senhor Presidente da Câmara explicou que o interesse do Município é que se incrementasse um núcleo de desenvolvimento turístico no local, que estava previsto no PDM. E que alguém assumisse a sua execução. Para outras áreas de aptidão turística que estavam previstas no PDM, nunca houve ninguém que

manifestasse interesse em desenvolver algum projecto. Para além de que, quando se fala em terrenos que têm dezenas de proprietários, naturalmente que se torna muito difícil a Câmara fazer um Plano de Pormenor para terrenos dessa natureza. Onde cada proprietário, provavelmente, virá dizer que o seu terreno é melhor que o do outro. Essa é a maior dificuldade de desenvolvimento. Agora, com este novo figurino de núcleo de desenvolvimento turístico, os proprietários de terrenos que tenham interesse em apresentar projectos, já o podem fazer. Se tiverem iniciativa para isso, pois antes nunca tiveram.-----

O Senhor Amílcar Duarte perguntou se, os proprietários de terrenos localizados em redor desta zona, não ficam prejudicados?-----

O Senhor Presidente da Câmara referiu que, agora, com este novo PDM por adaptação ao PROT, quando a Câmara fizer um concurso para a criação de núcleos de desenvolvimento turístico, podem ser apresentados projectos e manifestar o seu interesse em concorrer.-----

O Senhor Amílcar Duarte referiu que se fala de limitações à construção de vários tipos e, entretanto quando surge alguém com algum poder económico pode realmente avançar com um plano deste género e aí já se pode construir muito mais e, ganhar muito dinheiro. Obviamente, que este caso se trata de um negócio imobiliário que, por desconhecimento do ramo, disse ter alguma dificuldade em avaliar da justeza do negócio, mas parece-lhe evidente que quem beneficia da transformação de um terreno agrícola para passar à implementação de um projecto deste género, obviamente que ganha e, há muito dinheiro envolvido. Para além de que, nem tem conhecimento se este proprietário é algum munícipe do concelho, mas provavelmente não será.-----

O Senhor Presidente da Câmara disse considerar o ordenamento do território injusto, mas isso é outra questão.-----

O Senhor Amílcar Duarte disse que a questão é se a Câmara não poderia ter o papel de criar alguma justiça dentro disto, em vez de eventualmente estar a ajudar a injustiça.-----

O Senhor Presidente da Câmara perguntou qual foi a iniciativa que os proprietários dos terrenos tiveram, em todos os outros núcleos de desenvolvimento turístico? Nenhuma! Muitas pessoas sabem que os terrenos estão classificados como turísticos, ficaram a tentar especular.-----

O Senhor António Lopes perguntou quem é que suporta as vias de acesso a este tipo de projecto? Se é a Câmara ou se é o proprietário?-----

O Senhor Presidente da Câmara respondeu que isso é uma responsabilidade de quem quer executar o projecto, ou seja é uma responsabilidade do promotor.-----

A Senhora Ana Santos disse que apenas gostava que o Senhor Presidente dissesse que o processo está todo em conformidade, para que possa ser aprovado. Acha que é importante, tudo o que é para o desenvolvimento do Concelho. Disse que infelizmente não teve oportunidade de analisar convenientemente os documentos, dado que não teve acesso aos documentos de suporte.-----

O Senhor Presidente da Câmara respondeu que tal pode ser comprovado na informação dos serviços técnicos, que acompanha os restantes documentos.-----

Posto à votação, o Plano de Pormenor do Núcleo de Desenvolvimento Turístico dos Cabeços da Bordeira, foi aprovado por maioria, com a abstenção do membro Amílcar Duarte.-----

DECLARAÇÃO DE VOTO DOS MEMBROS DA BANCADA PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA:-----

“Votamos a favor porque consideramos que empreendimentos desta natureza são importantes para o desenvolvimento socio-económico do Município e, por nos ter sido aqui dado as garantias que todo o processo está legalmente constituído de todas as peças necessárias e estaria portanto em condições de ser aprovado.”-

DECLARAÇÃO DE VOTO DO SENHOR AMÍLCAR DUARTE:-----
“Considero que o projecto é importante para o Concelho e, abstenho-me porque não tive efectivamente tempo para o estudar, nem para verificar dos benefícios ou eventuais prejuízos para os munícipes do Concelho.”-----

PONTO NÚMERO TRÊS

ANA FÁTIMA DA COSTA NUNES – ATRIBUIÇÃO DO LOTE NÚMERO OITO, DA URBANIZAÇÃO DE MARIA VINAGRE – INCUMPRIMENTO DE PRAZOS: – Pela Mesa foi lida a certidão da deliberação da Câmara tomada em reunião de vinte e sete de Novembro de dois mil e sete, a qual fica arquivada em pasta própria.-----
A Senhora Ana Santos perguntou se, o facto da requerente ter sempre direito a lote, deve-se ao facto de haver mais lotes do que concorrentes e não qualquer outro motivo?-----

A Senhora Vereadora Fátima Neto disse que, de facto, é isso que se passa com os lotes de Maria Vinagre. Que, quando é aberto concurso, há sempre muito mais oferta do que procura, muitas vezes ficam os concursos sem concorrentes. Portanto não valia a pena a Câmara indeferir o pedido da requerente, uma vez que não há concorrentes à espera de lotes.-----

Posto à votação, o não pagamento de taxas adicionais por incumprimento de prazos – Ana Fátima da Costa Nunes – atribuição do Lote número oito, da Urbanização de Maria Vinagre, foi aprovado por unanimidade,-----

SAÍDA DO SENHOR MANUEL ROSENDO: – O Senhor Manuel Rosendo ausentou-se da sala, não participando na discussão do seguinte assunto: -----

PONTO NÚMERO QUATRO

BRUNO CLÁUDIO LAGE COELHO E MÓNICA ISABEL CHAPARRO ROSENDO – INCUMPRIMENTO DE PRAZOS – LOTE VINTE E NOVE, DA URBANIZAÇÃO DOS MALHADAIS I - ODECEIXE: – Pela Mesa foi lida a certidão da deliberação da Câmara tomada em reunião de vinte sete de Novembro de dois mil e sete, a qual fica arquivada em pasta própria.-----

Posta à votação, não declarar a caducidade da atribuição do Lote e não aplicação de quaisquer acréscimos relativo ao preço do lote por incumprimento de prazos – Bruno Cláudio Lage Coelho e Mónica Isabel Chaparro Rosendo – Lote vinte e nove, da urbanização dos Malhadais I – Odeceixe, foi aprovada por unanimidade.-----

ENTRADA DO SENHOR MANUEL ROSENDO: – O Senhor Manuel Rosendo regressou à sala, passando de imediato a participar nos trabalhos da reunião. -----

PONTO NÚMERO CINCO

MOÇÃO – PLANTAS TRANSGÉNICAS E ORGANISMOS GENÉTICAMENTE MODIFICADOS: – Pelo Senhor Amílcar Duarte foi apresentada a Moção que a seguir se transcreve:-----

“MORATÓRIA À DISPERSÃO DE ORGANISMOS GENETICAMENTE MODIFICADOS

A Assembleia Municipal de Aljezur, em reunião ordinária realizada a vinte e nove de Abril de dois mil e cinco, aprovou por unanimidade, para a área do Concelho de Aljezur, a proibição do cultivo de plantas geneticamente modificadas. Outras Assembleias Municipais aprovaram posições semelhantes. A AMAL aprovou posição semelhante para todo o Algarve.-----

Considerando que:-----

. o cultivo de plantas transgénicas, assim como o consumo humano e animal de seus derivados, é um evento recente, revestindo-se de interesses, impactos e conflitos múltiplos;-----

. este tema é objecto de acesas discussões científicas, éticas, económicas e políticas;-----

. mundialmente há um debate sobre os impactos dos Organismos Geneticamente Modificados (OGM) na saúde humana e animal e no meio ambiente;-----
. não está assegurada a coexistência com o cultivo de variedades não geneticamente transformadas e sobretudo com a agricultura biológica, tendo em consideração a facilidade de dispersão do pólen;-----
. a introdução de OGM's na natureza tem um carácter irreversível, posto que será muito difícil (praticamente impossível) alguma vez eliminar uma variedade introduzida largamente em cultivo;-----
. que pelas razões acima expostas, os governos de vários países europeus - Áustria, Hungria, Polónia, Grécia, Alemanha e França - decidiram a suspensão do cultivo de transgénicos;-----
. no nosso país, os artigos nono, vigésimo-quarto, sexagésimo-quarto, sexagésimo-sexto e nonagésimo-terceiro da Constituição da República e a Lei número onze barra oitenta e sete de dezassete de Abril, do Ministério do Ambiente, exigem a protecção da saúde, do ambiente, dos solos e da flora, impondo-se que se aprovelem medidas de precaução previstas nestes diplomas.----
Assembleia Municipal de Aljezur, em reunião ordinária realizada a vinte e seis de Dezembro de dois mil e sete, apela ao Governo para que suspenda a dispersão e o cultivo de organismos geneticamente modificados em todo o território nacional, à semelhança do que fizeram outros parceiros europeus acima referidos.-----

Divulgação:-----

Presidente da República, Primeiro Ministro, Ministério do Ambiente, Ministério da Agricultura do Desenvolvimento Rural e das Pescas, Direcção Regional de Agricultura do Algarve, Governador Civil do Distrito de Faro, CCDR Algarve, Grupos Parlamentares da Assembleia da República, Deputados Portugueses no Parlamento Europeu, Comissão Directiva do PNSACV, Câmaras e Assembleias Municipais do Algarve, Câmaras e Assembleias Municipais de Concelhos com áreas significativas integradas em Parques Naturais ou Rede NATURA 2000, AMAL, Plataforma "Transgénicos Fora do Prato", Associações de Defesa do Ambiente, Confederações de agricultores (CNA, CAP e Confagri) COOPAZUR - Cooperativa Agrícola do Concelho de Aljezur, Comunicação Social."-----
O Senhor Amílcar Duarte prestou alguns esclarecimentos acerca deste assunto.--
Fez também uma recomendação à Câmara Municipal, no sentido de proceder à Declaração de Município Livre de Transgénicos, com base na Portaria número mil seiscientos e onze barra dois mil e sete, de vinte de Dezembro, apesar da desta ser muito má, no entanto, há que avançar com aquilo que a Lei nos permite no sentido de proteger de alguma forma as populações de algo que não é desejável.-
Posto à votação, a moção sobre "a moratória à dispersão de organismos geneticamente modificados", foi aprovada por unanimidade.-----

PONTO NÚMERO SEIS

APRECIACÃO DA PRIMEIRA REVISÃO À AMR, PPI E ORÇAMENTO PARA DOIS MIL E SETE: – Pela Mesa foi lida a certidão da deliberação da Câmara tomada em reunião de vinte e sete de Novembro de dois mil e sete, a qual fica arquivada em pasta própria.-----

O Senhor Vice-Presidente da Câmara esclareceu que a necessidade da Câmara proceder a esta Revisão ao Orçamento, prende-se essencialmente com três processos, designadamente com o projecto Algarve Digital, o concurso para reparação dos reservatórios de água da Igreja Nova e a utilização do saldo da conta de gerência do ano transacto.-----
Posto à votação, a primeira revisão à AMR, PPI E Orçamento para dois mil e sete, foi aprovada por unanimidade.-----

PRIMEIRA ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL: – Pela Mesa foi apresentada a Primeira Alteração Orçamental à dotação da Assembleia Municipal, elaborada nos termos do ponto oito, do artigo cinquenta e três, da Lei número cinco – barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, cujos documentos ficam arquivados em pasta própria. -----

O Senhor Amílcar Duarte disse que seria bom que no próximo ano a Assembleia Municipal tivesse uma execução orçamental mais elevada, para que não seja necessário proceder a alterações ao orçamento. -----

Posto à votação, foi o presente assunto aprovado, por unanimidade. -----

PONTO NÚMERO SETE

APRECIACÃO E VOTAÇÃO DO ORÇAMENTO E PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS PARA DOIS MIL E OITO: – Pela Mesa foi lida a certidão da deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião de sete de Dezembro dois mil e sete, que acompanhava o respectivo documento, os quais ficam arquivados em pasta própria.-----

O Senhor Vice-Presidente da Câmara prestou alguns esclarecimentos acerca do presente assunto, referindo também que, dois mil e sete foi o ano que ficou marcado pelo maior investimento de sempre da Autarquia, que foi reflexo das candidaturas iniciadas em dois mil e sete, e concluídas em dois mil e oito. -----

Esclareceu que, o Orçamento para dois mil e oito prevê um aumento das despesas correntes, face ao de dois mil e sete, na ordem dos catorze por cento e prevê uma redução das despesas de capital, no ordem dos quarenta e sete por cento.-----

Referiu que, a redução das despesas de capital, traduz-se essencialmente na redução das subvenções comunitárias provenientes do QCA e com os novos programas operacionais que vão estar em curso, através do Quadro de Referências Estratégico Nacional, neste caso concreto Regional do Algarve. -----

Informou que a capacidade de endividamento da Câmara Municipal para dois mil e oito, é na ordem dos trinta por cento, que considera ser significativo de uma gestão rigorosa dos dinheiros do Município e do recurso à banca.-----

Do ponto de vista do PPI, disse que de uma forma sintética iria chamar a atenção essencialmente para as obras mais relevantes e, numa segunda fase iria falar de outras que não têm execução física imediata mas que são, igualmente, acções muito importantes do ponto de vista do Executivo, que têm a ver com aquisições de bens, com investimentos, com políticas na saúde, na acção social e na educação.-----

Em relação às obras mais relevantes, uma das que aparece destacada tem a ver com a requalificação do novo edifício dos Paços do Concelho, que é um projecto para iniciar em dois mil e oito e tem a sua concretização deferida para dois mil e nove, bem como os armazéns municipais da Zona Industrial.-----

A conclusão do canil municipal está prevista para dois mil e oito e especificou que a construção desta obra está a ser tratada com a AEZA, sendo que a Câmara está a estudar uma parceria com vista ao funcionamento do canil. -----

Relativamente à educação, destacou a construção da escola de Odeceixe, que apesar dos problemas que surgiram no decorrer da obra, que foi alvo de uma cedência contratual, está previsto o recomeço da obra já no início de dois mil e oito e a sua conclusão durante o primeiro semestre.-----

Destacou igualmente o início das obras de recuperação e conservação de habitações municipais na zona histórica da Vila de Aljezur, durante o próximo ano, sendo que a Câmara já possui cerca e duas dezenas de habitações.-----

Em termos de obras referiu a empreitada de ordenamento do Pontal da Carrapateira, Praia do Amada e Praia da Bordeira, obra que irá ser executada através de Protocolo estabelecido com o ICNB, face à incapacidade financeira

daquela entidade para executar as mesmas, assim como a empreitada de reordenamento da orla costeira Amoreira/Monte Clérigo e estacionamento, cuja obra já está a em execução.-----

Referiu que a obra de intervenção e consolidação do mar da Praia de Odeceixe, que não tem muita expressão em termos de montante, terá que sofrer um novo concurso, já que a Câmara teve que anular o primeiro devido às propostas apresentadas serem incomportáveis para a autarquia.-----

Destacou também que uma das principais funções sociais, que a autarquia espera que aconteça durante o primeiro trimestre de dois mil e oito, que será a conclusão da construção das piscinas municipais.-----

Disse que para o campo municipal de futebol, tecnicamente, a candidatura já está aprovada, embora a Autarquia ainda não tenha essa informação oficialmente. A Câmara não pôde avançar com esta obra o ano passado, porque não pode ser realizada despesa sem que a candidatura esteja aprovada. Houve Câmaras que o fizeram e agora estão a debater-se com sérios problemas face à decisão que tomaram na altura.-----

Referiu ainda que a Câmara está apostada em desenvolver, durante o próximo ano, um projecto de iluminação panorâmica para o Castelo de Aljezur, à semelhança do que acontece com outros monumentos em diversos locais, por ser algo que irá valorizar muito em termos panorâmicos a Vila de Aljezur.-----

A reparação da estrada Aljezur/Marmelete é também uma preocupação, antiga, a autarquia quer ver iniciada esta obra durante o próximo ano e concluída em dois mil e nove.-----

Informou que, a requalificação urbana da Carrapateira, não conseguiu ficar concluída durante este ano, por isso a necessidade de concluí-la durante o ano de dois mil e oito. As infraestruturas do Loteamento dos Malhadais I, o que falta era algo que já deveria estar feito, pois já se encontram construídas uma série de habitações, está previsto abrir concurso para a construção dos arruamentos e infraestruturas eléctricas. -----

Quanto ao caminho de acesso ao pavilhão municipal, será com certeza uma realidade durante o próximo ano, bem como a ponte sobre a ribeira do Carrascalinho, que foi uma solicitação expressa no âmbito do orçamento participativo que a Câmara realizou.-----

A segunda fase do passeio pedonal da Avenida General Humberto Delgado, ficará também concluída em dois mil e oito, bem como a reparação da ponte da Carrapateira. -----

O parque de feiras e exposições foi mais uma obra que, foi iniciada no presente ano e será concluída em dois mil e oito. -----

Disse, desde logo, querer fazer uma chamada de atenção para as transferências de capital para as Juntas de Freguesia, isto porque tem a ver com obras significativas que as Juntas irão executar. -----

Em dois mil e oito, irá haver um aumento significativo das verbas a transferir para as Juntas, nomeadamente para a Junta de Freguesia de Aljezur, que se prende com a concretização de uma obra para a sede de Concelho, e para todo o Município, a requalificação do polidesportivo municipal. -----

Quanto à Junta de Freguesia do Rogil, terá uma obra fundamental que é a requalificação do Mercado Municipal. -----

Relativamente à Junta de Freguesia de Odeceixe, tem já adjudicado uma obra de extrema importância para a freguesia que é a requalificação urbanística do Largo do Povo. -----

Para a Junta de Freguesia de Bordeira irão manter-se as mesmas transferências de capital.-----

Esclareceu ainda que estes protocolos, a qualquer altura, podem ser revistos. ----

Relativamente à segunda parte do Orçamento, destacou a aquisição de uma viatura para recolha de resíduos sólidos, e de uma máquina retroescavadora. --- A autarquia vai continuar com a política de aquisição de imóveis degradados na parte histórica da Vila de Aljezur. -----

Referiu que, de facto, durante o ano de dois mil e sete, a Câmara não conseguiu efectivar os projectos dos jardins em Aljezur, mas vai tentar concretizá-los durante o próximo ano. -----

O projecto do centro cultural/biblioteca de Aljezur aparece em Orçamento, mas de facto só poderá ser uma realidade quando a Câmara deixar de funcionar neste espaço, possivelmente e se tudo correr bem, em dois mil e nove. Sendo que, ainda não foi possível estabelecer o contrato-programa, que está protocolado com o Instituto Português do Livro, porque não há verba neste momento para esta obra. -----

Quanto ao Espaço +, que é um espaço de referência do ponto de vista cultural, em Aljezur e em todo o Município, irá ser alvo de obras que dignificarão mais as suas instalações. -----

O projecto do parque desportivo do Rogil ficará concluído durante o primeiro trimestre do ano e, é algo que de uma vez por todas tem que ficar encerrado. ----

Em dois mil e oito, a Câmara prevê também iniciar a urbanização municipal do Rogil, do ponto de vista do projecto e da realização da obra, mas deferido também para dois mil e nove. -----

Referiu que, à semelhança dos anos anteriores, continua a figurar as transferências para construção da sede dos Bombeiros Voluntários de Aljezur – Secção de Odeceixe, as transferências anuais para os Bombeiros Voluntários de Aljezur, para a Vigilância das Praias, etc. -----

Do ponto de vista da educação, destaca-se a promoção do ensino da música e da dança na educação pré-escolar, embora não seja uma responsabilidade da autarquia, mas que esta a quer assumir. A oferta dos manuais escolares permanece, tal como a atribuição das bolsas de estudo, apesar de ser um esforço financeiro e que, poucas Câmaras do país o fazem. Igualmente, mantém-se as actividades de enriquecimento curricular. -----

Do ponto de vista da saúde, surge algo de novo que tem a ver com o programa municipal de saúde e que passará, não só por um programa que a Câmara apresentará a seu tempo, mas que versará temas como a toxicodependência, o álcool, um programa de saúde oral e, também, iniciativas do ponto de vista das doenças oftalmológicas, que a seu tempo a Câmara anunciará como irá desenvolver essas acções. -----

Na acção social, há também novidades, tais como o lançamento no novo Cartão Social, que terá associado a si uma série de benefícios e algo que disse fazer questão de destacar, que tem a ver com o apoio ao desenvolvimento de estágios profissionais, em instituições locais. O apoio à recuperação de habitações de munícipes carenciados, vai continuar a ser uma constante, tal como a agenda sénior que contempla uma série de actividades vocacionadas para os seniores do nosso Município. -----

Permanecem as transferências anuais para os clubes e associações, para a Casa da Criança, neste caso também com a participação na construção das creches do Município, pois para além da creche de Aljezur a de Odeceixe também já está aprovada. -----

Está prevista uma transferência para a Santa Casa da Misericórdia, que tem a ver com a valência que, a autarquia já teve a oportunidade de discutir na Assembleia Municipal e que a Câmara considera que é de continuar a apoiar. ----

Destaque também para algo que já não é nada de novo, mas que é mais um esforço que a Câmara vai continuar a fazer, por considerar muito importante e

que se trata do Prémio de Mérito Escolar e, uma forte implementação do Plano Nacional de Leitura, ou seja, pôr as nossas crianças a ler . -----

Do ponto de vista do desporto, recreio e do lazer, vão continuar a realizar-se os festivais que já são uma constante na actividade da Autarquia, nomeadamente, o Festival da Juventude, o Festival Prazeres do Mar e o Festival da Batata Doce. Neste capítulo, quis salientar também uma novidade, que é um programa OTL para reformados e utentes do RSI. Este programa prende-se essencialmente com duas questões sociais, no caso dos reformados não é propriamente o valor monetário que está em causa, mas sim o facto de fazer sentir que continuam a ser úteis e importantes para a comunidade. Do ponto de vista do RSI, referiu que, existem vários casos em que não há capacidade e por vezes também não há vontade nestas pessoas para procurarem emprego, o programa serve para proporcionar que sejam sinalizados esses casos e a Câmara poder proporcionar essas colocações através deste programa, pois considera que além de ser profilático é também fazer pedagogia.-----

Referiu que queria dar mais uma pequena nota, sobre algo que não ainda não aparece neste Orçamento, mas que será uma realidade em dois mil e nove, que tem a ver com o meio ambiente e com a conservação da natureza, trata-se de uma candidatura ao Programa Live, que ocorrerá entre dois mil e nove/dois mil e treze, este programa consiste numa iniciativa comunitária, com fundos directos da União Europeia.-----

Referiu que a candidatura apresentada pelo Município é original e tem todas as características para obter a aprovação, cujo montante global anda na ordem dos dois vírgula três milhões de euros, cujo projecto prevê co-financiadores para um valor de cerca de seiscentos mil euros que a Câmara está a pensar ser a parte não financiada pela candidatura. Este projecto prende-se com a erradicação das plantas invasoras, com vários programas de educação ambiental que a Autarquia pretende implementar, com a criação de jardins com plantas autóctones no Município, possivelmente com um pequeno centro de biodiversidade e, também com o pedestrianismo que é uma disciplina/desporto cada vez mais em voga no nosso Município.-----

Para finalizar, informou que no Orçamento para dois mil e oito, as verbas destinadas a cada rubrica encontram-se distribuídas, sensivelmente, da seguinte forma:-----

- Educação – na ordem dos cinco por cento;-----
- Transportes rodoviários – na ordem dos doze por cento; -----
- Mercados e feiras – na ordem dos seis por cento; -----
- Transferências para as Juntas de Freguesia – na ordem dos seis por cento; -----
- Protecção do meio ambiente e conservação da natureza – na ordem dos nove por cento; -----

Explicou que, em suma, este Orçamento está vocacionado para a conclusão de muitos projectos, obras, acções e realizações iniciadas em dois mil e sete, e que, ou porque não houve capacidade, ou por força das dinâmicas processuais, nomeadamente no caso das empreitadas, não foi possível concluir no presente ano e que só vão ficar concluídas em dois mil e oito. Mas que, do ponto de vista da Câmara Municipal, é também um Orçamento onde são lançadas novas acções e novos projectos e, igualmente, alguns desafios. Referiu ainda que este é um Orçamento realista, rigoroso e sério, sem recurso a subterfúgios de engenharias financeiras, como actualmente tanto se usa.-----

O Senhor Amílcar Duarte, em relação ao aumento das despesas correntes em catorze por cento, perguntou o que é que isso significava, quando há uma redução em despesas de capital. Perguntou se, se devia a um aumento de despesismo da Câmara? Estando prevista a aquisição de três viaturas ligeiras

através de leasing, perguntou qual a razão da opção deste sistema, uma vez que esta opção sai mais cara?-----

Em relação à construção dos novos Paços do Concelho, estando ponderada a hipótese de uma parceria público/privada, perguntou o que é que está implícito nisso?-----

Relativamente às actividades de enriquecimento curricular, perguntou em que é que consistem estas actividades? Com que professores? Como é que estas actividades se estão a processar? Que articulação é que há entre as mesmas e o Projecto Oriente? E, se, para as actividades de enriquecimento curricular se está a recorrer a professores devidamente qualificados, ou não? -----

Quanto à possibilidade de virem a ser feitas cirurgias fora do sistema nacional de saúde, no respeitante a doenças oftalmológicas, perguntou qual é o tipo de protocolos que poderão ser feitos, se vão ser feitos com Cuba? -----

Em relação à aquisição de habitações no núcleo histórico da Vila de Aljezur, no sentido de evitar a desertificação da sede de Concelho e, ao mesmo tempo, facultar habitação para arrendamento, disse considerar notável que a Câmara adquira casas, no sentido de eventualmente criar arrendamento para quadros técnicos, nomeadamente para médicos que venham para cá, ou para outros profissionais que casualmente necessitem de uma habitação e, isso pode ser um factor de atracção para o Concelho. Mas, da forma como aqui está mencionado, dá a ideia de que a Câmara quer tomar o lugar de arrendatário de imóveis. E, obviamente que não será esse o objectivo.-----

No ordenamento do território, onde diz que é inevitável a conclusão do PDM de Aljezur, a utilização da expressão "*inevitável*" dá a ideia do "*lá tem que ser*", de algo que não se quer. Logo, deveria ser utilizado outro tipo de expressão, talvez "*urgente*".-----

No capítulo dos resíduos sólidos, fala-se de uma maior concentração dos pontos de recolha, pelo que perguntou se isso significa um maior distanciamento em relação às habitações? Pensa que será isso e, disse destacar pelo lado positivo a maior oferta de eco-pontos, que pensa ser de realçar.-----

Na parte da agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca, disse que, obviamente, que é positivo continuar a organizar o Festival da Batata Doce, que este ano até funcionou relativamente bem e há que continuar com essa iniciativa. Quanto à construção do armazém para concentração da produção, em parceria com a Associação de Produtores de Batata Doce, disse ser também bastante positivo e necessário, mas parece-lhe que há que fazer algo mais. Numa altura em que existe a Certificação da Batata Doce de Aljezur, disse ser essencial promover um seminário, ou alguma iniciativa que pudesse mobilizar as pessoas e dar a entender que esta é uma cultura com futuro, que pode avançar, para de alguma forma estimular as pessoas a se organizarem.-----

Quanto à construção do novo mercado de Aljezur, perguntou se continua o mesmo projecto, para o mesmo local, ou se há intenções de um fazer outro, melhor qualitativamente?-----

No capítulo das Juntas de Freguesia, disse que, a constatação de que o Orçamento fica mais uma vez marcado pela estagnação das transferências do Estado. Que considera um aspecto negativo e que, obviamente, haverá que se lutar para que não seja assim no futuro.-----

Disse que considerava muito elevada a verba, de oitenta e cinco mil euros, para a vigilância das praias. Que não sabia se correspondia ao que foi gasto este ano. -- Fez referência à transferência de uma verba de oitenta mil euros para a Casa da Criança do Rogil e de uma verba de quarenta mil euros para a construção de creches no Concelho.-----

Quanto à transferência de uma verba de quinze mil euros para a construção de

uma habitação na Cruz, perguntou que tipo de habitação era, pois quinze mil euros não dão para nada.

Perguntou também o que é que está incluído na verba de cento e cinquenta mil euros, destinada ao Plano de Urbanização do Vale da Telha?-----

Pedi também que fossem justificadas as verbas de oitocentos mil euros para o ordenamento do Pontal da Carrapateira e Praia do Amado e, de quatrocentos e trinta e dois mil euros para o reordenamento da orla costeira da Amoreira e Monte Clérigo? -----

Quanto ao caminho de acesso ao Pavilhão Municipal, perguntou em que é que consistia, qual é o trajecto. Referiu ainda que, ele próprio, já tinha manifestado a necessidade de ser criado um acesso ao Pavilhão para peões, para ciclistas, ou seja para que o acesso não tenha que ser feito pela estrada nacional, sujeito a atropelamentos. -----

Questionou o que é que a Câmara pretende fazer com o Parque de Campismo do Vale da Telha, qual é o futuro para aquele espaço? Perguntando se a verba de setenta e cinco mil euros terá a ver com o pagamento da dívida ao Fundo de Turismo? Como é que está essa situação?-----

O Senhor Vice-Presidente da Câmara passou a responder às questões colocadas pelo Senhor Amílcar Duarte, esclarecendo que obviamente que não há despesismos por parte da Câmara Municipal. Há é de facto mais encargos e deu como exemplo as piscinas municipais, que só do ponto de vista da manutenção, corresponde a um acréscimo significativo das despesas correntes. Além disso há também o facto de que a limpeza das próprias piscinas, não é uma limpeza comum, é muito específica, necessitando de produtos especiais, pois não se limpa uma piscina com uma esfregona e uma vassoura. Para além de todas as outras despesas que decorrem, inclusive devido ao aumento do custo de toda uma série de materiais que são inevitáveis. Se não tivéssemos perante o cenário das piscinas municipais, o aumento poderia ser na ordem dos sete, oito por cento. --- A questão das três viaturas a adquirir através de leasing, deve-se ao facto de a Câmara não ter que despende de uma só vez de uma verba significativa, dado que há a necessidade de renovar a frota automóvel.-----

O Senhor Presidente da Câmara usou da palavra para esclarecer que a Câmara nem sempre recorre ao leasing para aquisição de viaturas, apenas quando as verbas disponíveis em Orçamento não permitem despende de uma só vez de valores tão elevados. Dando como exemplo a aquisição que foi feita este ano, de um limpa-fossas cujo valor foi de duzentos e tal mil euros e que a Câmara comprou a pronto pagamento. No entanto estas situações nem sempre são possíveis. -----

O Senhor Vice-Presidente da Câmara continuou a responder às questões do Senhor Amílcar Duarte, referindo que as actividades de enriquecimento curricular que estão a decorrer, são a música, a educação física e o inglês, por professores habilitados para o efeito, e só pode ser assim. Em relação a haver alguma articulação com o Projecto Oriente, isso não acontece. O Projecto Oriente é um projecto à parte, não obstante a Câmara ser a promotora deste programa, a Casa da Criança é que é a entidade executora. No âmbito do Projecto Oriente há um vasto número de actividades, mas que não têm a ver com as actividades de enriquecimento curricular. Garantiu ainda que o Projecto Oriente está a correr muito bem, em toda a sua multiplicidade de actuações. -----

Quanto à saúde, respondeu que de facto ainda não foi feito protocolo com Cuba, não estando descartada essa hipótese. Disse estar em tramitação a forma como vai decorrer este processo, nomeadamente em relação às doenças oftalmológicas. Esclareceu que, não obstante a Câmara ainda não ter lançado o programa, o Senhor Presidente da Câmara sugeriu que deveria ser feito uma espécie de

recenseamento deste tipo de casos, foi feita uma primeira análise e logicamente que esta situação irá ser analisada com maior profundidade. -----
Em relação à aquisição de habitações disse que esta situação decorria já de uma política assumida e, é lógico que a autarquia não pretende ser a principal proprietária ou arrendatária do Concelho. Esta política resulta da desertificação humana a que se assiste naquela zona da Vila de Aljezur e que a Câmara quer contrariar. Quanto à casa para os quadros técnicos, disse que já lá vai o tempo em que havia dificuldade em fixar quadros técnicos, presentemente já há demasiados.-----

Relativamente aos resíduos sólidos disse que esta concentração dos pontos de recolha não tem que necessariamente implicar a redução do número de contentores, pois a ideia é reduzir o número de pontos de recolha, no sentido de concentrar os vários tipos de lixo em vários locais, tanto a reciclagem como o lixo indiferenciado.-----

Quanto ao mercado de Aljezur disse que o local era o mesmo, o projecto é sensivelmente o mesmo, tendo sofrido apenas pequenas alterações.-----

Relativamente à verba destinada à vigilância das praias, disse que é sensivelmente a mesma que foi gasta este ano. Referiu ainda que não foi fácil encontrar nadadores-salvadores.-----

Relativamente à habitação na Cruz, é uma habitação que surge em Orçamento, porque a qualquer momento pode ser executada, mas provavelmente não o será em dois mil e oito. Mas esta situação prende-se com a requalificação urbana da Rua vinte e cinco de Abril, mais concretamente com a casa do Senhor Manuel Coelho, que a seu tempo passará para a Câmara, para ser demolida, e logicamente o Senhor vai ter que ser realojado, e vai sê-lo num lote da Urbanização da Cruz, que se encontra disponível para esse fim.-----

Quanto ao plano de requalificação do Vale da Telha, disse que isto tem a ver com o PGU e o Senhor Presidente da Câmara falou no Período antes da Ordem do Dia, quando foi questionado acerca do Vale da Telha.-----

Quanto ao ordenamento do Pontal da Carrapateira, disse que era isso mesmo, uma requalificação do ordenamento, nomeadamente do estacionamento e do acesso à praia, se bem que o projecto é muito mais envolvente, mas isso será numa segunda fase, que tem a ver com escadaria, passadiços, etc.-----

A Senhora Ana Santos questionou acerca dos passadiços que estão a ser feitos na Praia da Amoreira.-----

O Senhor Vice-Presidente da Câmara disse que esses passadiços tinham a ver com as obras de requalificação da orla costeira Amoreira/Monte Clérigo.-----

Quanto ao passeio pedonal, disse que o valor descrito tinha a ver, essencialmente com a construção do pontão. É uma situação que tem que ser bem analisada, uma vez que está em leito de cheia. Disse ainda que a obra iria ser feita pela autarquia.-----

Em relação à questão da agricultura, disse que a Câmara não pode, nem deve substituir-se às associações, mas à semelhança de outras associações, a Associação de Produtores da Batata Doce sabe que pode contar com o apoio da Autarquia. Referiu ainda que, considerava a realização de um seminário algo extremamente importante, que poderia ocorrer, durante o período de realização do Festival da Batata Doce, o que faria todo o sentido, sendo uma possibilidade a ser analisada.-----

Posto à votação, o Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos para dois mil e oito, foi aprovado por maioria, com a abstenção dos membros Vítor Vicente, Rosa Cigarra, Ana Santos, Amílcar Duarte e José Duarte.-----

PONTO NÚMERO OITO

APRECIACÃO E VOTAÇÃO DE PROPOSTA DE PROTOCOLO A ESTABELEECER

PONTO NÚMERO OITO

COM AS JUNTAS DE FREGUESIA DE ALJEZUR, ODECEIXE, ROGIL E BORDEIRA, NO ÂMBITO DA DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – LEI NÚMERO CENTO E SESSENTA E NOVE BARRA NOVENTA E NOVE DE DEZOITO DE SETEMBRO: – Pela Mesa foi lida a certidão da deliberação da Câmara tomada em reunião de vinte e sete de Dezembro de dois mil e sete, a qual fica arquivada em pasta anexa.-----

Posto à votação, foram os protocolos a estabelecer com as Juntas de Freguesia de Aljezur, Odeceixe, Rogil e Bordeira, aprovados por unanimidade.-----

PONTO NÚMERO NOVE

APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA: – Neste ponto não se verificou qualquer intervenção.-----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Do público presente não se verificou qualquer pedido de intervenção.-----

APROVAÇÃO DA ACTA EM MINUTA: – Foi deliberado por unanimidade, aprovar a acta em minuta.-----

FORMA DE VOTAÇÃO NAS DELIBERAÇÕES TOMADAS: – Em todas as deliberações tomadas no decorrer da presente sessão, foi utilizada a forma de votação por braço no ar.-----

ENCERRAMENTO: – E nada mais havendo a tratar, pela Senhora Presidente da Assembleia foi declarada encerrada a sessão pela uma hora e cinco minutos do dia vinte e sete de Dezembro de dois mil e sete, mandando que, de tudo para constar, se lavrasse a presente acta.-----

E eu, Licínia Mendes Rodrigues, Primeiro-Secretário, para os devidos efeitos a redigi e subscrevo.-----

A Presidente

A Primeiro-Secretário
